

## PROTEÇÃO EM REDE

Diálogo e enfrentamento dos impactos de grandes obras e eventos

# PROTEÇÃO EM REDE Diálogo e Enfrentamento dos Impactos de Grandes Obras e Eventos

5 passos na construção de redes e pactos contra a violência e a exploração sexual de meninos e meninas

#### CIP – Catalogação na Publicação Elaborada pela bibliotecária Gabriela Faray (CRB7-6643)

P967 Proteção em rede : diálogo e enfrentamento dos impactos de grandes obras e eventos : 5 passos na construção de redes

e pactos contra a violência e a exploração sexual de meninos e meninas [livro eletrônico] / organizadora: Valéria Brahim. -

1. ed.- Rio de Janeiro : Associação Brasileira Terra dos Homens, 2017.

mb.; pdf. -ISBN 978-85-.

1. Direitos da criança e do adolescente. 2. Infância.

Violência e exploração – crianças e adolescentes.
 Associação Brasileira Terra dos Homens. II. Brahim, Valéria.

I. Associação Brasileira Terra dos Homens. II. Brahir III. Título.

CDD - 323.3

Esse documento foi produzido no âmbito do Convênio 811910/2014, do projeto "Proteção em Rede - Diálogo e Enfrentamento dos Impactos de Grandes Obras e Eventos" apoiado com recursos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente.

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com autorização prévia e formal da SNDCA/MDH e da ABTH. Distribuído em meio digital gratuitamente.

Copyright © 2017 by Ministério dos Direitos Humanos

#### Expediente

#### Michel Temer

Presidente da República

### Luislinda Valois

Ministra dos Direitos Humanos

#### **Johaness Eck**

Secretário Executivo Interino do Ministério dos Direitos Humanos

#### Claudia de Freitas Vidigal

Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

### Fábio Andrade Carneiro

Presidente da Associação Brasileira Terra dos Homens

#### Claudia Cabral

Diretora Executiva da Associação Brasileira Terra dos Homens

#### Ficha técnica

Organizadora Valéria Brahim

Gerente de Programas Sociais

da Associação Brasileira Terra dos Homens

Redação e revisão

Ana Carolina Fonseca

Colaboração

Helena Piombini

Revisão Técnica

Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas Ministério dos Direitos Humanos

inisterio dos Direitos Humanos

Projeto gráfico e Diagramação **Neilton Lima** 

Fotos
Acervo Associação Terra dos Homens



### Índice

Carta de apresentação	4
A Associação Brasileira Terra dos Homens	6
Introdução	8
Do que falamos, afinal?	12
Uma porta abre outras	15
Quem não pode faltar?	18
Todos na mesma sintonia?	22
Diagnóstico de novo? Sim!	30
Mão na massa: vamos construir os planos de trabalho?	36
Diálogo, desdobramentos e continuidade	42
Lições aprendidas	
Onde pesquisar	44



### **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Compreender a dimensão do impacto de grandes obras e empreendimentos sobre os direitos de crianças não é tarefa simples. Definir estratégias de intervenção nesse cenário, com papeis e ações compartilhadas entre múltiplos atores, é um desafio ainda maior.

Com esse intuito, a Associação Brasileira Terra dos Homens desenvolveu um importante trabalho em localidades dos estados de Alagoas e Pernambuco, definindo e implementando uma metodologia de mobilização dos municípios para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, em especial para o enfrentamento à violência sexual contra esse segmento, considerando as mudanças expressivas geradas pela chegada de empreendimentos no cotidiano das comunidades.

A iniciativa, apoiada por meio de recursos destinados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), se soma aos esforços e iniciativas que vem sendo desenvolvidos pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SNDCA/MDH) no sentido de estabelecer parcerias e apoiar projetos voltados a reduzir, mitigar e remediar os impactos de obras e empreendimentos sobre os direitos de crianças e adolescentes, seguindo ainda o disposto nos Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas.

Em um cenário nacional de intensificação de grandes obras nas últimas duas décadas, potencializado pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e pela construção de equipamentos para receber a Copa do Mun-

do de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, um grande contingente de trabalhadores vem sendo realocado temporariamente para diversas localidades, muitas vezes sem uma avaliação efetiva dos potenciais impactos que essa dinâmica poderá causar nos territórios que recebem tais fluxos de mão-de-obra.

Nesse sentido, iniciativas como essa, desenvolvida pela ABTH, levantam importantes reflexões e subsídios para a consolidação de políticas públicas que garantam a efetiva proteção dos direitos de crianças e adolescentes no contexto de obras e empreendimentos. A partir do entendimento, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, de que todos são responsáveis pelo bem-estar e proteção de nossas crianças e adolescentes, a ABTH traça um caminho para a construção de responsabilidades compartilhadas entre poder público, organizações da sociedade civil, empresas e demais atores envolvidos na temática e para uma atuação enraizada nas localidades que são cenários de grandes obras.

Esta cartilha traz a consolidação da metodologia desenvolvida pela ABTH e poderá orientar iniciativas futuras desenvolvidas tanto pelas instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, quanto por organizações ou empresas que venham a somar forças nessa importante frente de luta pela proteção de nossas crianças e adolescentes.

Esperamos que a leitura possa estimular novas experiências dessa ordem e que possamos ampliar a rede de parceiros comprometidos com essa causa!

Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ministério dos Direitos Humanos



### A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS

A Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH) é uma organização da sociedade civil fundada em 1996 que tem como missão "promover a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes com direitos violados ou em vias de sofrer a violação, investindo na valorização e no fortalecimento de suas famílias e comunidades".

Ao longo de sua história, a ABTH desenvolveu uma metodologia com foco no empoderamento dos responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes. Sua atuação se dá por meio de três eixos complementares. O primeiro eixo reúne os projetos de atendimento direto às crianças, adolescentes e suas famílias, e permite a construção e a consolidação de novas metodologias. No eixo II, todo o conhecimento construído é socializado, por meio de formações dos profissionais que atuam no atendimento direto.

No eixo III, a instituição atua para qualificar as políticas públicas e as diretrizes na área da infância. A Terra dos Homens foi uma das consultoras na elaboração do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (SEDH, MDS, CONANDA e CNAS, 2006).

A ABTH atua desde 2005 em projetos de enfrentamento à violência e à exploração sexual. O projeto que deu base a esta cartilha é o terceiro celebrado com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos no tema da violência sexual no contexto de grandes empreendimentos: entre 2012 e 2014, o projeto "Redes Corporativas – Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adoles-

centes" mobilizou 163 empresas; e entre 2010 e 2011 o projeto "Crescimento com Cidadania para Crianças e Adolescentes" alcançou 32.848 trabalhadores em quatro empresas.

A organização também participa de várias redes de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, como: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente, Rede ECPAT Brasil e Comitê de Megaeventos do Estado do Rio de Janeiro.



### **INTRODUÇÃO**

Esta cartilha compartilha os aprendizados de mais de um ano de trabalho nos municípios de São José da Tapera, em Alagoas, e em Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, no Nordeste brasileiro. Foram 10 viagens, cerca de 200 pessoas mobilizadas em cinco oficinas e seis reuniões com os Conselhos Estadual e Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e empresas. Na agenda, o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto dos empreendimentos dessas regiões.

O trabalho foi implementado pela organização não governamental Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH), com o financiamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e parceria da Secretaria Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério dos Direitos Humanos. Aprovado no edital de chamada pública de projetos do ano de 2014, o projeto foi desenhado para enfrentar o impacto social das grandes obras que se ampliavam no País, buscando gerar e sistematizar uma metodologia de intervenção passível de ser multiplicada em outras localidades.

Alagoas e Pernambuco foram priorizados por possuírem grandes obras em andamento, no contexto do Plano Nacional de Segurança Hídrica. Em Alagoas, tratava-se da construção do Canal do Sertão Alagoano. Em Pernambuco, tratava-se do Projeto São Francisco (Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional). Além desse projeto hídrico, ocorriam em Pernambuco as obras do Complexo do Porto do Suape dentro do Programa de Aceleramento do Crescimento (PAC).

O projeto foi implementado com as seguintes fases:

- Identificação, nos estados pré-definidos, das comunidades que estavam recebendo grandes obras.
- Alinhamento conceitual das redes de enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes sobre a problemática da violência sexual em contextos de grandes obras e eventos.
- Levantamento pelas redes dos impactos de grandes obras e eventos.
- Elaboração pelas redes de um plano operativo entregue às empresas envolvidas nas grandes obras e eventos.
- Promoção do diálogo entre as redes e as empresas envolvidas.

Ao final do ciclo de 18 meses, muitas conquistas foram registradas, com a certeza de que ainda mais precisa ser feito. A tentativa de extrapolar os limites do projeto se concretiza nesta cartilha, que sistematiza uma metodologia de trabalho para a mobilização dos municípios pela proteção dos direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual.

Os aprendizados foram organizados em cinco passos, seguindo a caminhada feita pelo projeto. No primeiro passo, é abordada a estratégia de início do trabalho: como chegar a um município, com quem contar, em que portas bater... são algumas das questões trabalhadas. No segundo passo, a cartilha trata do alinhamento conceitual, uma etapa importante para construir um conhecimento compartilhado. O terceiro passo compartilha estratégias para realizar o mapeamento de desafios e oportunidades. O quarto passo é dedicado à construção do Plano de Trabalho. E no quinto passo, possibilidades de continuidade.

Esse aprendizado foi construído coletivamente, com a fundamental participação dos atores locais. Conheça as comissões à frente da implementação do projeto.

### Comissão local de Alagoas

- Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de São José da Tapera: Gustavo Cesário da Silva.
- Secretaria Municipal de Assistência Social de São José da Tapera: Larissa Amorim Cavalcanti Melo de Oliveira.
- Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, Sociedade Civil Associação Voz Ativa; Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador: Nelma Nunes da Silva.
- Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de São José da Tapera: Rickelane Maria dos Santos Gouveia.
- Secretaria Municipal de Assistência Social de São José da Tapera: Sabrina Daniella Cavalcante Melo.



### Comissão local de Pernambuco

- Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de Cabo de Santo Agostinho Carlos Antônio dos Santos.
- Secretaria Municipal de Programas Sociais Conceição de Maria Vaz Rodrigues Coelho da Silva.
- Secretaria Municipal de Bem Estar Social Fabiana Cristina de Oliveira.





### DO QUE FALAMOS, AFINAL?

As crianças e os adolescentes brasileiros são protegidos por uma das leis mais avançadas no mundo: o Estatuto da Criança e do Adolescente. Crescer sem violência, com saúde, acesso à educação, ao esporte e ao lazer, com oportunidades de desenvolver todo o seu potencial, é direito de todo menino e toda menina. Mas sabemos dos desafios para que isso seja uma realidade.

A violência física, a violência sexual, o trabalho infantil, a violência psicológica são apenas algumas das violações que afetam crianças e adolescentes. Isso acontece nas grandes e nas pequenas cidades e nas diferentes classes sociais. Um grande problema é que nem todos enxergam essas situações como violações. E as organizações e serviços que devem zelar pelos direitos dos meninos e das meninas ainda são frágeis em grande parte dos municípios.

Quando a dinâmica de uma cidade é modificada por uma grande obra, um grande evento ou mesmo um desastre natural, as crianças e os adolescentes podem ficar ainda mais vulneráveis: o que já era problema pode ficar ainda mais grave, seja porque a rede de proteção nem sempre está preparada para entender o impacto das mudanças, seja porque os cuidadores — a família e a comunidade — também são afetados e podem ficar sem condições de cuidar adequadamente de suas crianças.

A violência sexual, tema desta cartilha, é uma forma de violência extrema que tem se agravado no contexto de grandes empreendimentos e eventos. Apesar de não ser o único tipo de violência a que ficam sujeitas

crianças e adolescentes que vivem nesses contextos, a relevância de uma abordagem específica se justifica diante da invisibilidade característica desse fenômeno, além da tolerância cultural em relação a ela. Uma das modalidades desse tipo de violência é a exploração sexual, que existe sempre que há uma troca econômica por qualquer ato sexual com crianças e adolescentes. E isso não envolve apenas dinheiro. Em muitos casos, são presentes e até mesmo comida, com um rótulo de namoro.

Este rótulo, embasado em aspectos culturais que naturaliza certas práticas contribui para a invisibilidade da problemática e aceitação de sua ocorrência. E outros problemas vêm juntos: aumento da gravidez na adolescência, casos de doenças sexualmente transmissíveis e até do consumo de álcool e outras drogas.

Quando um empreendimento se inicia em um território, o fluxo migratório de trabalhadores dele decorrente acarreta a chegada, em geral, de muitos homens desacompanhados de suas famílias, o que aumenta a pressão pela exploração sexual. Ainda que não seja a causa primeira desse fenômeno, em regiões pobres, nas quais isso acaba sendo visto como uma alternativa de superação da pobreza, esse tipo de vulnerabilidade pode ser agravado em função desses fatores.

O maior desafio colocado por grandes obras eventos é conseguir responder na mesma agilidade com que essas situações de violação de direitos acontecem. Claro que uma rede de proteção local forte tem mais instrumentos para agir com rapidez e efetividade. Mas os aprendizados de outras experiências também ajudam a acelerar as respostas. E esse é o propósito desta cartilha: oferecer caminhos que inspirem a mobilização da sociedade pela realização plena dos direitos de crianças e adolescentes.





### **UMA PORTA ABRE OUTRAS**

Pode parecer aleatório, mas o primeiro passo para começar um projeto muitas vezes está em uma conversa informal com alguém que conhecemos. Seria incrível ter uma multidão de gente militando pelos direitos da criança e do adolescente, mas essa não é a nossa realidade. Isso significa que o time da infância se conhece razoavelmente bem, está presente nas instituições públicas, nas empresas e nas organizações sociais, e está sempre se cruzando em atividades e discussões pelo Brasil afora.

Seja na assistência social, na educação, saúde, esporte ou lazer, encontramos além de serviços especializados nessa faixa etária, também pessoas que são verdadeiras militantes dos direitos de crianças e adolescentes. O mesmo acontece nas organizações da sociedade civil. No caso das empresas, ainda que pareçam distantes dessa realidade, também contam com pessoas que se dedicam à responsabilidade social empresarial, além daqueles que em suas escolhas profissionais e pessoais também procuram proteger crianças e adolescentes.

Vai para uma cidade diferente? Se sim, que trabalho já é feito na região? Tem alguma instituição parceira? Ou alguém que com quem tenha dividido uma mesa de debate? Faça contato e pergunte sobre o contexto: como a violência sexual acontece naquele local? Tem gente trabalhando no tema? Existem grupos resistentes a abordar essa discussão? Quais as portas de entrada?

Agora, se você é da própria cidade que receberá uma obra ou empreendimento, converse com amigos que também trabalham na área da infância. Compartilhem expectativas e receios. Pensem juntos sobre quem mais pode ajudar no momento inicial de implementação de uma proposta que ajude a enfrentar essa e outras formas de violências contra crianças e adolescentes. Sendo você da cidade ou não, o fundamental é identificar nos diferentes setores pessoas que possam "comprar a ideia".

E esse mapeamento pode levar a conclusão de que pessoas que ocupam cargos superiores nem sempre são as mais indicadas para a primeira abordagem, ou pelo menos não são as únicas com quem se pode contar. No

primeiro passo, de identificação da problemática e sensibilização de aliados no enfrentamento da violência, conta mais o quanto a pessoa é envolvida com o tema e a sua proximidade dela, para garantir a leitura mais precisa possível da realidade.

Esse levantamento inicial deve ser útil para:

- Ajudar a confirmar se o município é mesmo um candidato a receber o projeto. Se a proposta é trabalhar em contexto de grandes obras, é importante saber o quanto e como aquele município é afetado por algum grande empreendimento.
- Entender quem são os principais atores: quem está envolvido com o tema, seja de forma positiva ou negativa. Isso significa compreender quem são os atores que contribuem para a resolução dos problemas identificados e aqueles que, ainda que de maneira não intencional, ajudam a reforça-los.
- Ajudar a traçar a estratégia de incidência: em qual instituição reside o melhor ponto de entrada?



O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), formulador e deliberador de políticas públicas para infância e juventude tem relação estreita com os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente (CMDCA) de seu estado e pode ser um importante interlocutor com o município. O CMDCA, por sua

vez, como está em constante diálogo com a Prefeitura local, e, espera-se que também tenha algum contato com as empresas locais, pode legitimar a entrada no território. Uma vez apresentada a proposta do projeto, a Prefeitura define os serviços e os representantes que farão parte ativa das ações do projeto e a empresa decide internamente como será sua participação na proposta apresentada. Espera-se que todos esses atores estejam ativamente presentes nos encontros e pensando seu papel na prevenção e mitigação de impactos sociais oriundos de grandes obras e empreendimentos.

No município de Cabo de Santo Agostinho, um dos participantes no projeto Proteção em Rede — Diálogo e Enfrentamento dos Impactos de Grandes Obras e Eventos, a porta de entrada foi o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente que abriu o diálogo com o Conselho Municipal (CMDCA). Na reunião do CMDCA, os participantes identificaram o contato de uma das empresas. A prefeitura, por sua vez, abriu o canal com os serviços do município. Essas entradas foram priorizadas por serem instâncias com papel fundamental na política dos direitos da criança e do adolescente. Mas a abordagem ocorreu como destacamos nesta sessão: pela procura de pessoas conhecidas que pudessem abrir o diálogo em cada um desses espaços.

Projeto na mão e bloco na rua, a proposta deve ser apresentada a cada uma dessas organizações, com espaço para uma escuta verdadeira, ou seja, com disposição da equipe envolvida para entender e incorporar sugestões. É importante compreender o lugar de fala de cada ator, suas atribuições e seus limites institucionais. Muitas vezes esperamos de um parceiro algo que ele não tem autonomia ou competência para oferecer.

A articulação e a sintonia entre as organizações envolvidas começam a acontecer já no primeiro encontro. A pauta da reunião pode ser a análise da própria rede local: quem veio, quem não veio, como trazer quem não veio. E continua valendo a mesma dinâmica de indicações para envolver novos atores: alguém conhece alguém que pode mobilizar o segmento que falta?

O fundamental é não desistir de ninguém. Por isso, essa etapa exige tempo. Em um cenário ideal, algumas reuniões deveriam ser dedicadas apenas a consolidar o próprio grupo. Mesmo com um calendário apertado, ainda é fundamental que se preserve a cada reunião um momento para reforçar os vínculos dos participantes e refletir sobre as tentativas em relação aos ausentes.

**Atenção:** em alguns lugares pode já existir uma rede articulada. Nesse caso, nada de esforços duplicados! O caminho é se aproximar, entender as atividades em curso e avaliar como se incorporar e contribuir. Até porque, quando um município recebe uma grande obra ou um grande acontecimento, surgem muitas iniciativas relacionados às agendas sociais, o que é bom. O problema é quando esses esforços acontecem de forma desarticulada. Uma das consequências é, por exemplo, demandar às empresas a participação em uma série de eventos semelhantes.



### **QUEM NÃO PODE FALTAR?**

- Conselho da Criança e do Adolescente (estadual e municipal): são responsáveis por elaborar as políticas públicas da área da infância e adolescência. Além da contribuição durante todo o processo, podem ajudar a formalizar os pactos e os planos que sejam construídos.
- <u>Serviços da assistência social (CRAS e CREAS):</u> têm contato direto com as famílias. Agregam a percepção da realidade e podem contribuir com soluções. Além disso, no geral, são funcionários que permanecem por mais tempo nas atividades, o que ajuda na continuidade das ações.
- Conselho Tutelar: é um órgão permanente e autônomo, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. O Conselho Tutelar recebe, estuda, encaminha e acompanha os casos de violação de direitos.
- <u>Secretarias Municipais:</u> o enfrentamento da violência sexual, como outras violações de direitos, não é tema de uma pasta apenas. Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho e Renda, Cultura, Esporte... são todas áreas que precisam trabalhar de maneira intersetorial para dar conta desse desafio.
- Organizações da sociedade civil: parte das ONGs do município compõem o CMDCA. Mas além dessas, é interessante buscar o maior número possível de organizações. Elas agregam nas reflexões sobre os desafios e no planejamento e execução das ações. Além disso, podem ter assento no CMDCA na próxima eleição. Isso evita que o processo natural de troca de representação no Conselho leve à descontinuidade dos trabalhos.

• <u>Empresas:</u> a presença das empresas pode acontecer em vários formatos – uma única empresa, consórcio, terceirizadas, etc. O ideal é estar com quem lida mais diretamente com os trabalhadores e buscar através destes atingir toda a cadeia produtiva. Também é muito importante buscar a participação das empresas que irão continuar no município depois que a obra acabar.



### Tentei de tudo, mas o parceiro não vem

Sabemos que isso acontece com frequência. Falta de tempo, de interesse, de conhecimento... as razões são várias. E o nosso papel é se reinventar quantas vezes for preciso. A primeira coisa é avaliar o quanto estamos realmente nos fazendo entender. Às vezes estamos tão mergulhados em um tema que parece natural que outros também compartilhem dos nossos ideais.

Nem sempre as outras pessoas vão compartilhar daquilo em que acreditamos. Mas todo mundo tem seus valores, demandas e algo que o motive. O desafio é se conectar com isso. Ou seja, para falar com um funcionário ou gestor de uma empresa, por exemplo, é preciso entender que nesse contexto prazos e resultados são essenciais. Se o projeto ou a iniciativa consegue articular vários outros atores, isso pode ser valorizado, por exemplo, como uma forma da empresa otimizar o contato dela com o governo, os serviços e a comunidade.

Então, para aquele parceiro que ainda não está próximo, é preciso agregar ao projeto atributos que toquem o coração (ou o modo de trabalhar) daquela instituição. Lembrar sempre também que redes são formadas por pessoas. É o caso de investir em uma relação mesmo: entender o que motiva aquela pessoa que está representando a instituição, quais são os desafios que ela também enfrenta, o que poderia ajudá-la, etc.

### Fatores que ajudam na aproximação

- <u>Ser conhecido e reconhecido:</u> seja uma pessoa ou uma ONG, facilita bastante quando as pessoas já (re)conhecem o seu trabalho. Nem sempre isso será possível e uma alternativa é buscar um parceiro reconhecido no local e chegar acompanhado.
- Apoio de uma agenda nacional: também traz força mostrar que o trabalho faz parte de uma proposta maior, articulada por instâncias governamentais. Buscar a participação de pessoas de referência do Poder Público contribui para o engajamento local.
- <u>Ter uma proposta objetiva:</u> no contexto de um grande acontecimento, todos os setores são demandados para uma série de reuniões e atividades. Para conseguir atenção no meio de tantas demandas, é preciso saber dizer exatamente o que se espera de cada órgão, empresa ou organização da sociedade civil.

### E o tema da violência sexual gera polêmica?

Em um primeiro momento, não tende a gerar polêmica. Pode bater nas portas com tranquilidade. Mas muitas vezes isso acontece por um motivo desafiador: em muitos municípios, as violações de direitos, em especial a exploração sexual contra crianças e adolescentes, é um problema invisível. Ou seja, a questão a princípio é mais de desconhecimento do que de tabu ou preconceito.

No caso das empresas, é recorrente que enxerguem essas violações como um problema já presente no município, anterior à chegada do empreendimento. As pessoas que trabalham na área da infância, tanto na gestão municipal quanto em organizações da sociedade civil, por sua vez, denunciam a responsabilidade das empresas no agravamento desse problema no território.

No meio disso tudo, o caminho é mostrar que a ideia é entender o que de fato acontece, tanto antes quanto após a chegada do empreendimento, e substituir o jogo de culpabilização por um processo de colaboração e corresponsabilidade. Afinal, está na Constituição: proteger crianças e adolescentes é responsabilidade compartilhada pelo Estado, a família e a sociedade.





### **TODOS NA MESMA SINTONIA?**

As pessoas têm conhecimentos e experiências diferentes em relação ao tema da exploração e da violência sexual. O que é bom. Mas é fundamental compartilhar alguns conceitos para avançar no diagnóstico e no planejamento comum. Por isso, uma etapa importante é o alinhamento conceitual.

Primeiro, é preciso definir um cardápio de temas sobre os quais se deseja aprofundar a compreensão e as alternativas de superação dos problemas enfrentados. Depois, identificar pessoas que possam mediar o debate em cada um desses temas. Por fim, registrar o entendimento comum do grupo. Esse material pode, inclusive, ser compartilhado posteriormente com outras pessoas. Em São José da Tapera/AL, por exemplo, os participantes da oficina realizada pelo projeto replicaram a atividade para os demais colegas.

Esse alinhamento conceitual também prepara a etapa de diagnóstico. Na discussão dos temas, novos desafios acabam surgindo e fica mais fácil fazer a conexão entre os grandes empreendimentos e os impactos na vida de crianças e adolescentes.

A seguir, apresentamos alguns dos temas que foram explorados pelo projeto e tiveram uma acolhida positiva nos municípios participantes. É importante destacar que outros assuntos podem surgir a partir do interesse dos próprios atores locais, então essa lista é apenas um exemplo.

### Família

A família está na base de uma série de políticas públicas, mas sabemos que o conceito do que seja família está longe de ser comum a todas as pessoas. Além disso, normalmente julgamos a família do outro com base no que funciona para nós.

Essa reflexão ajuda os participantes a desconstruírem preconceitos e a criar uma relação de mais empatia em relação às famílias atendidas. A capacidade de escuta e diálogo é fundamental, especialmente em um tema delicado como a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para introduzir essa temática, os participantes podem ser convidados a completar as frases "Família é..." e "Família de crianças e adolescentes que atendemos é...". As respostas podem compor um painel.

De forma geral, o que se observa é que há uma percepção negativa e de descrença em relação à família por parte dos profissionais. O exercício permite resgatar o que eles entendem como família para provocar um olhar mais solidário em relação às famílias atendidas.

" Família é gente com quem se conta". (ONU, 1994)

"...um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade". (SUAS, 2004)



### Tipos de violência

Crianças e adolescentes podem ser vítimas de violência física, psicológica e até institucional, que é aquela praticada por aqueles que deveriam protegê-los. Uma das formas extremas de violência é a sexual, que envolve o abuso ou a exploração de meninos e meninas. Além de grave, é uma violência muitas vezes invisível. O abuso acontece em qualquer classe social, já a exploração sexual afeta mais os meninos e meninas pobres, em situação de vulnerabilidade.

Pode parecer exagero a preocupação com o nome certo de cada tipo de violência, mas essa reflexão é uma excelente oportunidade de chamar atenção para situações que muitas vezes passam despercebidas. No caso de territórios afetados por grandes empreendimentos, é comum encontrar pessoas que enxergam como uma oportunidade o relacionamento de adolescentes com os funcionários das obras. Eles costumam ser vistos como pessoas importantes ou que poderiam proporcionar melhorias nas condições de vida da adolescente e sua família.

**Atenção:** o uso do termo pedofilia exige bastante cuidado. É comum enquadrar toda pessoa que comete violência sexual como pedófilo, mas a pedofilia é um transtorno de preferência sexual por crianças ainda pré-púberes. O ato de violentar sexualmente uma pessoa, em qualquer das suas manifestações, é sim um crime e deve ser responsabilizado. Mas nem todo pedófilo é um autor de violência sexual (alguns não chegam ao ato) e nem todos que abusam ou exploram sexualmente são pedófilos.

### Abaixo, os tipos de violência sexual:

- Violência sexual: "todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, cujo o agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicossexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente, ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Estas práticas eróticas sexuais são impostas à criança ou adolescente, pela violência física, ameaças e ou indução da sua vontade" (Deslandes, S.F. Prevenir a violência um desafio para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVES, 1994)
- Exploração sexual: "trata-se de uma prática que envolve troca de dinheiro ou favores entre usuário, um intermediário (agente ou aliciador) e outro que obtém lucro com a compra e venda do uso do corpo de crianças e adolescentes, como se fosse mercadoria, através de meios coercitivos ou persuasivos". (I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual de Crianças. Estocolmo, Suécia, 1996)

- Turismo para fins de exploração sexual: "Recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de
  fraude, de engano, do uso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre a outra, para o
  propósito de exploração". (Protocolo de Palermo, 2000)
- <u>Pornografia</u>: é o uso de imagens (fotografia, vídeos, desenhos, pinturas) de crianças e adolescentes dedicadas a atividades sexuais, reais ou simuladas, ou toda representação das partes genitais de uma criança com fins primordialmente sexuais. A Internet é o meio mais rápido de divulgação da pornografia.

**Dica de como fazer:** uma dinâmica interessante é dividir os participantes em grupos e distribuir a cada um deles tarjetas com os nomes das violências e com as definições, mas de forma misturada. Assim, eles têm que trocar entre si as definições até completarem o conceito com o qual estão trabalhando. Para saber mais sobre os tipos de violência, acesse: www.protejabrasil.com.br.



### A responsabilidade das empresas

A chegada de grandes empresas pode ser algo novo em muitos municípios. Alguns municípios se mobilizam em torno dos impactos negativos, mas também há aqueles em que a rede de proteção está mais fragilizada e o debate fica em torno apenas dos impactos positivos. A população cria expectativas de geração de emprego, movimentação do comércio, aumento da arrecadação de impostos, dentre outros aspectos. Falar sobre a responsabilidade social das empresas é uma forma de mostrar que elas também precisam se comprometer com a abordagem dos efeitos negativos. A empresa passa a ser parte daquela cidade e daquele contexto, com deveres em relação ao desenvolvimento social.

Abordar esse tema a partir do conceito de responsabilidade social empresarial ajuda na aproximação entre a população e as empresas. Isso porque esse conceito é conhecido no mundo empresarial e coloca o debate já na perspectiva da busca de entendimento.

De maneira geral, a responsabilidade social empresarial pode ser entendida como:

A RSE é uma área de grande valor para as empresas. Atua de forma a aproximar empresa e comunidade, minimizando impactos negativos e potencializando impactos positivos. Consiste em tudo que as empresas fazem para além do parâmetro mínimo estabelecido pelas regras estatais em prol de negócios mais éticos, socialmente responsáveis e ambientalmente sustentáveis. São exemplos de ações de RSE: balanços sociais, padrões de comércio justo ("fair trade") e programas de investimento social empresarial. (Avaliação de impacto em direitos humanos, Fundação Getúlio Vargas, p. 32)

Mas é importante considerar que a responsabilidade da empresa com os direitos humanos vai além do caráter voluntário que as ações de responsabilidade social empresarial costumam ter. Suas operações e relações comerciais também precisam estar comprometidas com os direitos humanos. Os Princípios Orientadores Sobre Empresas e Direitos Humanos (ONU, 2011) estabelecem um padrão global de autoridade sobre os respectivos papéis das empresas e dos governos de ajudar a garantir o respeito aos direitos humanos pelas empresas em suas operações e relações de negócios. São três os pilares fundamentais:

- ✓ o dever do Estado de evitar abusos aos direitos humanos por terceiros, incluindo empresas, através de políticas, regulamentos e julgamentos apropriados;
- ✓ a responsabilidade corporativa de respeitar os direitos, realizar auditorias para evitar a infração dos direitos de outrem e abordar os impactos negativos com os quais as empresas se envolvem;
- ✓ a necessidade de maior acesso das vítimas a reparação efetiva, por meio de ações judiciais ou não.

**Dica de como fazer:** uma maneira interessante de promover condições para o diálogo entre as organizações e as empresas é simular uma dinâmica de "convencimento do empresário". Essa dinâmica possibilita que os participantes pensem quais seriam os pontos a abordar e quais estratégias a adotar nesta situação. No alinhamento conceitual realizado pelo projeto, os participantes levantaram os seguintes aspectos que estão em jogo para a empresa:

- Riscos de saúde e segurança dos empregados e das comunidades impactadas;
- Oposição das comunidades e grupos de pressão, podendo envolver questões de segurança;
- Suspensão de licenças/atraso no processo de licenciamento;
- Paralisação de projetos e operações;
- Ações legais e multas;
- Atraso ou inviabilização de novos projetos;
- Danos reputacionais;
- Interferência nas decisões de investidores;
- Perda de credibilidade junto a instituições e índices de sustentabilidade;
- Surgimento de legislações prejudiciais ao negócio.

### Como lidar com os desafios

O alinhamento conceitual também pode ser o momento de conhecer e discutir alternativas de enfrentamento dos desafios. Essa é uma forma de amarrar todos os conceitos trabalhados, criando um mapa de referências. Abaixo, o exemplo do quadro construído na oficina de alinhamento conceitual realizada com os profissionais da rede de proteção de Pernambuco:

Tipo de violência	Grandes obras/eventos potencializam? Como?	Como a rede pode enfrentar? (Prevenção/Promoção)
Abuso sexual e por- nografia infantil	Sim. Pelo fato do longo período de confinamento em que os trabalhadores das obras ficam submetidos, a falta de lazer e o acesso à internet. Imagem no senso comum de que "Homens não podem ficar sem transar"	<ul> <li>Criação de protocolos/</li> <li>Legislação - Plano de ação junto à rede local.</li> <li>Serviços municipais (sistematização de dados)</li> <li>Poder público local — plano de ação antes da implementação da obra (responsabilização, espaços de cultura, lazer/socioeducativos).</li> </ul>
Violência Sexual e Exploração Econômica (trabalho infantil)	Sim. Mão de obra barata, oportunidade de renda para a família, aumento turístico, vulnerabilidade social.	<ul> <li>Articulação entre as redes municipais (saúde, educação, assistência e o setor privado)</li> <li>Relações de ações socioeducativas contínuas</li> <li>Realização de diagnóstico de mapeamento para identificação das áreas com maior incidência</li> <li>Promoção de atividades de acordo com as informações levantadas no diagnóstico</li> <li>Parcerias entre estado, município e órgãos.</li> </ul>
Exploração Sexual e Tráfico para fins de exploração	Sim. Na exploração sexual — violência psicológica e violência sexual, a gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis/DSTs, uso abusivo de álcool e outras drogas e exposição de crianças e adolescentes ao tráfico tanto de drogas como para exploração sexual. Casos em Cabo de Santo Agostinho/PE em que mulheres de outros municípios chegaram para trabalharem como domésticas e eram exploradas sexualmente em casas de praia.	<ul> <li>Campanhas educativas</li> <li>Acompanhamento individual e familiar</li> <li>Estudos de casos</li> <li>Fiscalização</li> <li>Atendimentos psicossociais e jurídicos</li> <li>Encaminhamentos para a rede socioassistencial</li> </ul>
Turismo com mo- tivação sexual e prostituição	Sim. Homens sós/sem família, a falta de identidade com o território, violação ao direito do território, aumento do custo de vida, aumento da gravidez na adolescência, aumento de DSTs/Aids, aumento do alcoolismo.	<ul> <li>Definir condições preestabelecidas/impactos sociais</li> <li>Rádio comunitária</li> <li>Trabalho com os trabalhadores (cadeia produtiva/turístico)</li> <li>Código de ética no turismo</li> <li>Qualificar os jovens no setor hoteleiro/turístico</li> </ul>





### **DIAGNÓSTICO DE NOVO? SIM!**

Os municípios que estão no turbilhão de um empreendimento normalmente viram foco de uma série de ações. Afinal, é um acontecimento! A população cresce, o dinheiro começa a circular, as escolas e unidades de saúde precisam se reorganizar e tudo isso muito rápido. Como ocorre com um paciente com algo desconhecido, os médicos de todas as áreas tentam de tudo. E todos começam pelo diagnóstico.

Está em qualquer manual de implementação de projetos sociais que o primeiro passo de qualquer intervenção é o diagnóstico. Realmente, para agir, primeiro é necessário entender o cenário, os desafios, as causas, as consequências. Mas isso não significa seguir sempre o mesmo roteiro. O diagnóstico pode acontecer de forma muito mais eficiente se o mapeamento partir de uma primeira pergunta fundamental:

• O que já foi realizado de estudos e diagnósticos no município?

Os mesmos parceiros que foram mobilizados na abordagem inicial podem ajudar nessa localização. Vale perguntar se já foram entrevistados para algum projeto, se já levantaram dados, que tipo de dados e, principalmente, onde as informações podem ser encontradas. E aí é estudar o que já existe, antes de planejar um novo trabalho de campo.

### Dados secundários

Os dados podem ser organizados em duas categorias: primários e secundários. Os dados primários são aqueles que ainda não foram coletados, ou seja, serão produzidos para o projeto ou a pesquisa em andamento. Dados secundários são aqueles que já foram produzidos com outros objetivos, mas que podem ser utilizados dentro de uma nova iniciativa.

Em um projeto de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes é útil e interessante trabalhar com esses dois tipos de informações. Os dados secundários podem ser obtidos em fontes oficiais, como:

- <u>Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos</u>: permite consultar uma série de dados sobre os nascimentos em cada município. É possível ver, por exemplo, se aumentaram os partos de mães adolescentes. (www.datasus.gov.br)
- <u>Sistema de Informações sobre Mortalidade</u>: oferece dados sobre as mortes em cada município. É
  possível consultar, por exemplo, informações sobre mortes violentas e mortes por acidentes. O Sistema também permite consultar informações sobre óbitos maternos e infantis. (www.datasus.gov.br)
- IBGE: o site do IBGE disponibiliza informações sobre a população de cada município. (www.ibge.gov.br)
- PAC: site do Governo Federal que disponibiliza informações sobre obras em todas as suas etapas, desde "ação preparatória" até a fase "em execução de projeto". (www.pac.gov.br)
- <u>INEP/MEC</u>: disponibiliza para consulta e download informações estatísticas que ajudam a construir e interpretar a educação em seus variados níveis. É possível ver por exemplo o crescimento das matrículas nas escolas. (www.inep.gov.br)
- Observatório da Criança e do Adolescente: disponibiliza uma série de indicadores relacionados a crianças e adolescentes por município. (observatoriocrianca.org.br)

Esses sistemas permitem consultar a série histórica dos dados. Ou seja, como a situação do município tem se alterado ao longo dos anos. Por isso, podem ajudar a compreender o impacto da mudança gerada por um grande empreendimento. Entretanto, nem todos os dados ficam disponíveis nos sistemas de forma ágil. Às vezes, não estão disponíveis os dados nem do ano anterior. Mas a prefeitura alimenta esses sistemas regularmente e pode ser também a fonte de informações.

### Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental

Para que qualquer obra saia do papel, a empresa é obrigada a realizar estudos sobre os impactos do empreendimento. Normalmente, são estudos bem aprofundados e que vão muito além do impacto no meio ambiente. Esses documentos costumam tratar também dos impactos econômicos e sociais. Por isso, pode ser também uma fonte de dados.

Para ter acesso, é possível solicitar à empresa ou à prefeitura. Essas informações são públicas e precisam ser divulgadas. De toda forma, se estiver difícil conseguir, também é possível pedir ao órgão responsável pelo licenciamento, que pode ser o Ibama, o Instituto Chico Mendes ou algum órgão estadual.

### **SOBRE O QUE NÃO SABEMOS**

Mapeou tudo que existe, estudou, avaliou e faltam informações? Então é planejar como resolver as lacunas. Nesse caso, será preciso produzir dados primários, ou seja, fazer um levantamento de informações. Passo a passo:

- 1) <u>Formar uma comissão</u>: reunir representantes dos diferentes setores do município para planejarem e executarem o levantamento dos dados.
- 2) <u>Definir um dono</u>: alguém precisa ficar responsável por acompanhar todas as atividades e reunir as informações levantadas. O que é de todo mundo, nesse caso, é mesmo de ninguém.
- 3) Reflexão coletiva sobre as lacunas: reunir os atores estratégicos em rodas de conversa para conversar sobre a situação-problema. O que sabemos ou não?
- 4) <u>Fontes de informação</u>: definir quem poderá fornecer as informações que faltam. Considerar como possibilidades: gestores públicos, técnicos dos serviços, funcionários das empresas, organizações da sociedade civil e famílias.
- 5) Ferramenta de diagnóstico: as perguntas que serão usadas no diagnóstico precisam fazer sentido naquele contexto. Ou seja, não adianta pegar o questionário pronto de outro município. Até a forma de dar nome às coisas pode ser diferente. O ideal é construir essas perguntas em grupo e testar com alguém que não tenha participado.
- 6) <u>Aplicação e sistematização</u>: cada representante pode ficar responsável por coletar as informações da sua área. Mas é importante que ao final, elas sejam organizadas e reunidas.

- 7) Análise coletiva: as informações levantadas só ganham sentido quando são analisadas. Por isso, muitos diagnósticos acabam nas gavetas. As pessoas param na etapa de organização dos dados e não dão atenção a essa etapa fundamental.
- 8) <u>Priorização</u>: a ideia do diagnóstico é ajudar a tomar decisões. Assim, é com base nele que as ações devem ser planejadas na etapa seguinte.

#### PARA INSPIRAR

Se eu não conheço bem o tema, como fazer perguntas sobre ele? Essa é realmente uma pergunta importante. Para isso, outros documentos podem ajudar:

<u>Leis e Planos</u>: as leis e documentos que tratam da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes podem ser um bom ponto de partida para pensar as perguntas. Abaixo, referências que podem ser consideradas:

- Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes
   (http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/planilhas-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-crianca-e-adolescentes);
- Protocolo de Palermo Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm)
- 3. II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08\_Folder\_IIPNETP\_Final.pdf)
- 4. Lei sobre Crimes Sexuais Lei 12.015/2009 (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm)

<u>Outros questionários</u>: para cada realidade um instrumento específico precisa ser construído, mas outras ferramentas ajudam muito a avançar nas perguntas. Em anexo você encontrará como exemplo o instrumento que foi construído neste projeto.

### ACHADOS DO DIAGNÓSTICO NO PROJETO

De modo geral, no âmbito do projeto, foi observado que, com a chegada de um grande empreendimento, há um aumento no número de habitantes, sobretudo homens "solteiros, desacompanhados". Somado a isso há a potencialização das problemáticas já existentes, ocasionando dentre outras situações aumento da vulnerabilidade de crianças e adolescentes que, por vezes, se encontram em uma situação de extrema pobreza.

O aumento de gravidez na adolescência, do consumo de álcool e outras drogas, de casos de DST's, tem sido alguns dos impactos apontados pelos participantes dos municípios presentes, São José da Tapera/AL, Cabo de Santo Agostinho/PE e Ipojuca/PE. Paralelo a isso, em razão da sociedade brasileira ser extremamente machista – no processo de constituição/formação da sociedade brasileira, as respostas às violações são relativizadas.

A falta de estrutura e recursos financeiros dos municípios propicia que haja uma naturalização do fenômeno da exploração sexual. Há o pensamento de que é melhor estar neste tipo de relação de forma a garantir algum sustento para a sua família.





# MÃO NA MASSA: VAMOS CONSTRUIR OS PLANOS DE TRABALHO?

A construção dos Planos de Trabalho deve partir de todo o conhecimento construído nas etapas anteriores. Um esquema como este pode auxiliar:

Ponto crítico	Dados	Alternativas	Ações priorizadas	Responsável

- Ponto crítico: listar os principais desafios observando o número de crianças afetadas e a gravidade da violência.
- Dados: organizar os principais dados que ilustram esse desafio. Isso será importante para ser analisado no futuro. Ou seja, para observar se as ações estão dando resultado.
- Alternativas: existem muitas possibilidades de lidar com uma situação-problema. É interessante listar opções para que depois sejam feitas escolhas.

- Ações priorizadas: definir quais ações entrarão mesmo no plano. Priorizar é fundamental. Para isso, vale observar: essa ação é viável? Depende que algo sobre o qual temos controle? Poderá mesmo impactar o problema?
- Responsável: indicar as responsabilidades, apontando o setor e a pessoa de referência. Lembrar de prever ações para todos os segmentos envolvidos.

O fundamental é manter a conexão entre o diagnóstico e o alinhamento metodológico. Em São José da Tapera, o grupo conseguiu manter essa conexão e construiu um Plano de Ação bem estruturado. A participação de uma das empresas do empreendimento foi fundamental para que o Plano contemplasse ações de responsabilidade social. Veja abaixo o exemplo de algumas atividades previstas:



	PLANEJAMENTO	
OBJETIVOS	Sensibilizar/conscientizar a população sobre a importância de informar (denúncia) casos de violência contra a criança e o adolescente.	Realizar atendimento intersetorial qualificado
AÇÕES PREVISTAS	Campanha publicitária sobre a identificação pela população de situações de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes	Criação de registros/ protocolos unificados
ATIVIDADES	Realização de Campanhas Palestras Seminários Participação em rádios comunitárias Eventos	Realização de oficina de alinhamento conceitual; Avaliação dos instrumentos já existentes e busca dos pontos de convergência entre eles; Elaboração de indicadores em comum a todos os setores; Elaboração do instrumental Monitoramento dos registros
META	02 campanhas anuais	Protocolo de registro unificado criado e implantado
INDICADORES	Número de campanhas realizadas	Protocolo
ORGÃOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	Comissão local	Comissão local
PRAZO	Curto/ continuado	Curto

Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, municípios muito semelhantes e territorialmente próximos, resolveram realizar um plano em conjunto respeitando as especificidades de cada território e construindo ações intermunicipais. Veja algumas ações deste plano:

		PLANEJAMEI	ОТИ	
OBJETIVOS	Criar mecanismos para fa- cilitar a correlação entre as redes de enfrentamento e os empreendimentos	Fortalecer as redes de enfren contexto histórico, filosófico		xual considerando os aspectos financeiros,
AÇÕES PREVISTAS	Criação de uma comissão res- ponsável pela articulação entre governo municipal e empreen- dimentos a fim de discutir a política de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	Realização de capacitação continuada para a rede de atendimento ao en- frentamento da violência sexual com participação dos representantes de empreendimentos	Criação de grupo de trabalho (GT) para fortalecimento da rede de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes	Criação de protocolo unificado na rede municipal de atendimento a crianças e adolescentes
ATIVIDADES	Criação de um termo de com- promisso visando a utilização de recursos do fundo municipal para desenvolver ações de enfrenta- mento da violência sexual contra	Planejamento e execução das atividades que serão realizadas com pelo menos um profissional de	Encontros mensais para discutir os casos emblemáticos e o fazer profissional nos serviços/ equipamentos públicos que compõe a rede	Apresentação dos serviços da rede de atendimento da criança e do adolescente Levantamento de instrumentais existentes para a criação do protocolo unificado
	crianças e adolescentes	cada setor.	Encontro trimestral intermunicipal para troca de experiências	Reorganização e formalização dos fluxos de atendimento a crianças e adolescentes
META	Comissão criada	60% dos profissionais da rede de proteção capacitados	GT criado	Protocolo criado
INDICADORES	Comissão	Percentual de profissionais capacitados	Próprio GT	Protocolo
ORGÃOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	CMDCA	CMDCA e parceiros ( Secretai	ria de Assistência Social)	CMDCA e parceiros
PRAZO	Curto e continuado	Curto / continuado	Curto	Médio







# DIÁLOGO, DESDOBRAMENTOS E CONTINUIDADE

O Plano de Trabalho não é o ponto final da mobilização. Ao contrário, é o ponto de partida de uma nova fase. Por isso, é preciso planejar a continuidade dos trabalhos. Uma transição com grande potencial é a realização de seminários envolvendo todas as partes interessadas. O Plano de Trabalho deve ser socializado, de forma a mobilizar o amplo apoio das organizações.

Além disso, ao longo do desenvolvimento do próprio trabalho, é possível construir algumas estratégias:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA): o CMDCA é a instância legítima para estar à frente dessa mobilização. Durante a fase de planejamento, se o Conselho estiver fragilizado é importante investir em seu fortalecimento. Isso pode acontecer de forma paralela, para que ele assuma o monitoramento da implementação do Plano de Trabalho, por meio de uma resolução editada com essa finalidade.
- <u>Empresas</u>: caso as empresas não tenham se envolvido ativamente durante a fase de planejamento, é importante insistir no compartilhamento do Plano de Trabalho, buscando sua adesão formal.

- <u>Formalização do Plano de Trabalho</u>: o documento construído pode ser formalizado pela prefeitura por meio de um decreto, que dá caráter oficial às atividades e estabelece os atores locais responsáveis pelo acompanhamento. Isso traz mais respaldo às ações planejadas.
- <u>Formalização da comissão de trabalho</u>: caso o CMDCA não possa assumir o monitoramento da implementação do Plano, outro caminho é formalizar a comissão de trabalho, também por meio de um decreto.

# Lições aprendidas

O projeto "Proteção em Rede – Diálogo e Enfrentamento dos Impactos de Grandes Obras e Eventos" mobilizou cerca de 200 pessoas dos municípios de São José da Tapera, em Alagoas, e em Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Com a liderança de comissões locais, foram realizados diagnósticos, reuniões de alinhamento conceitual e elaboração de planos de ação, com foco no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto dos grandes empreendimentos que se desenvolviam nessas regiões.

Além da possibilidade de impacto efetivo na vida dos meninos e das meninas dessas cidades, o projeto também permitiu traçar metodologias para o trabalho em rede no contexto dessas obras. Procuramos, ao longo da cartilha, compartilhar a caminhada do projeto. A seguir, destacamos os principais aprendizados:

- 1) A chegada de um grande empreendimento a um município gera impactos e expectativas positivas e negativas. É preciso respeitar todos os pontos de vista para construir um espaço de debate.
- 2) Alguns problemas que ganham mais visibilidade no contexto de uma grande obra já existiam previamente. Muitas vezes, eram também ignorados. Por isso, é preciso entender a forma como a população já lidava com o problema e saber ponderar o impacto real da chegada do empreendimento.
- 3) A exploração sexual de crianças e adolescentes nem sempre é vista dessa forma, como uma violação. Por isso, o trabalho de alinhamento conceitual é uma etapa fundamental e com potencial para, por si só, gerar mudanças positivas.
- 4) A participação das empresas é um grande desafio. Ainda assim é importante dedicar tempo maior à sensibilização dos parceiros para garantir a presença das empresas.
- 5) O diagnóstico ainda é uma etapa pouca valorizada. Os municípios possuem muitos dados, mas têm dificuldade em organizar e compartilhar. Vale a pena dedicar um bom tempo de campo para isso, percorrendo as secretarias e organizações que possam ter dados.

## **Onde pesquisar**

## Filmes

- Nascidos em Bordeis (2004)
- Baixio das Bestas (2012)
- Anjos do Sol (2013)
- Sonhos Roubados (2015)
- Jirau e Santo Antônio (relatos de uma guerra amazônica)
- Serra Pelada (2013)

## Publicações:

GARCIA, J. A História da Responsabilidade Empresarial no Brasil in: Boas Práticas de Responsabilidade Social Corporativa no Enfrentamento de Violações de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Rio de Janeiro: . Terra dos Homens, 2014.

CERQUEIRA, E. et all. Os homens por trás das grandes obras do Brasil. Childhood Brasil, 2009.

SANTOS & FERNANDES, Diego e Luana. Apud DIÓGENES, Glória. ViraVida – uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil. Serviço Social da indústria. Departamento Nacional. Brasília, 2010.

O que é Sistematização? Uma pergunta. Diversas respostas. Disponível em: <a href="http://cirandas.net/articles/0008/6059/sistematizacao\_cut1.pdf">http://cirandas.net/articles/0008/6059/sistematizacao\_cut1.pdf</a>

Leal, M.L.P. (1999). A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe: relatório final, Brasil. Brasília: CECRIA. Disponível em: <a href="https://issuu.com/isawt2/docs/a\_explora\_\_\_o\_sexual\_de\_crian\_as\_">https://issuu.com/isawt2/docs/a\_explora\_\_\_o\_sexual\_de\_crian\_as\_></a>.

MINAYO, M. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Avaliação de Impacto em Direitos Humanos. O que as empresas devem fazer para respeitar os direitos de crianças e adolescentes. Ano desconhecido.

OLIVEIRA, A. C. e Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Altamira. Trabalhadores e Trabalhadoras de Belo Monte: percepções sobre exploração sexual e prostituição. Belém: UFPA/Campus Altamira, 2016.

OLIVEIRA, A.C. Belo Monte: violências e direitos humanos. Belém. Editora Supercores.2017

OLIVEIRA, A.C.(organizador). Crianças e Adolescentes: violência sexual e políticas públicas no contexto da região do Xingu. Belém. Editora Supercores.2017

OLIVEIRA, A.C.; Scabin, F.; Scandola, E.M.R.; Mujica, J.(organizadores). Impactos Sociais de Empreendimentos Econômicos nas Condições de Vida e Direitos de Crianças e Jovens. Belém. Editora Supercores. 2017.

## Sites

- http://www.pac.gov.br/
- www.datasus.gov.br
- www.ibge.gov.br
- www.inep.gov.br
- www.sdh.gov.br
- www.planalto.gov.br
- www.unodc.org
- www.ethos.org.br
- www.carinhodeverdade.org.br
- http://diplomatique.org.br/altamira-e-suas-veias-abertas-por-violencias-e-grandes-obras/
- www.observatoriocrianca.org.br



## Modelo de Instrumento de Pesquisa









### LEVANTAMENTO SITUACIONAL DOS IMPACTOS DAS GRANDES OBRAS E EVENTOS

A Associação Brasileira Terra dos Homens é uma organização não governamental situada no Rio de Janeiro/RJ, atua na área da infância e adolescência há 20 anos. A Terra dos Homens atua junto aos governos municipais, estaduais e federal de forma a apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas, bem como atua desde 2005 diretamente em projetos de enfrentamento à violência e exploração sexuál de crianças e adolescentes (ESCA) em todo o território nacional.

Em edital público, foi aprovado foi aprovado o projeto "Proteção em Rede — Diálogo e Enfrentamento dos Impactos de Grandes Obras e Eventos", executado pela Terra dos Homens em parceria com a Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente/Ministério dos Direitos Humanos e o do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA).

O objetivo geral do projeto é "Promover o fortalecimento das redes de enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes em contexto de grandes obras da região Nordeste do Brasil, Alagoas e Pernambuco, de forma a estabelecer um proatividade das redes e diálogo das mesmas com as empresas envolvidas em grandes obras e eventos, para prevenir e ou mitigar/eliminar impactos negativos na vida do público infantojuvenil".

O presente questionário visa um levantamento mais aprofundado no que tange ao atendimento realizado pelas instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos dos municípios de São José da Tapera/AL e Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca/PE que têm participado das atividades já realizadas, com foco nos casos de violência sexual de crianças e adolescentes.

O preenchimento deste questionário permitirá que se tenha uma visão de como está a situação dos referidos casos e, possibilitará, novas estratégias de mitigação e prevenção de forma a garantir os direitos de crianças e adolescentes.

Projeto: "Proteção em Réde — Diálogo e Enfrentamento dos impactos de Grandes Obras e Eventos" Convénio: 811910/2014

#### Obrigada por sua participação!

D	ADOS INSTITUCIONAIS
Nome do Serviço/Instituição:	
Endereço (completo):	
Área de abrangência:	Zona: ( ) Rural ( ) Urbana
Telefone:	Email:









## 1. O PERFIL DE SUA INSTITUIÇÃO

1.2. Quais os Pro	gramas, Projetos e Serviços existentes na instituição para crianças e
Adolescentes?	

## 2. REGISTRO DE CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL ATENDIDOS PELA INSTITUIÇÃO

2.1. Há casos	de violência sexual	atendidos pela institu	ição? (marque apenas uma opção)
( ) SIM	( )NÃO	( ) NÃO SEI	( ) NÃO INFORMADO

2.2 Considerando o ABUSO SEXUAL, informe o número de casos atendidos pela instituição no período abaixo:

	30		2	009			1		2	010					13	2011		
ldentidade de gënero x Idade	M	P	Tr F	ans M	Tra	M	M	F		ans M	Tra F	Westi	M	F	100	ans M	Tra F	westi M
0 a 6 anos Incompletos	Ī	hi	İ									T						
6 a 12 anos incompletos	ė.,		1				1.1									1.22		11.
12 a 18 anos incompletos	ă.		1		1	100	10								÷			
			2	012		. 37			2	013						2014		
Identidade de gênero x Idade	М	P	F	ans  M	Tra F	M	M	F	Tr:	ans M	Tra F	westi M	M	F	100	ans M	Tra F	M
a 6 anos Incompletos	0	77	1			14	177			+		-			i	1	11	14
6 a 12 anos incompletos	1		11		Į.	1.1	1		П	1	11	-	-		Ī	123	Į!	14
12 a 18 anos incompletos								13				ī	150			liti		122
-	100		2	015	ć	Dh. varal	100		2	016	d		100	1º S	eme	stre o	de 20	17
ldentidade de gënero x Idade	М	F	Tr	ans  M	Tra	M	M	F	Tr:	M	Tra F	M	М	F	1	ans M	Tra	M
0 a 6 anos Incompletos	F	Ħ	1			HT	1	T i	1	1	1	1	T				111	111
6 a 12 anos incompletos	¥ 6					100	100	70									11	177
12 a 18 anos incompletos	1		Į.i									2	Ľ		į.			









## 2.3. Informe a área em que ocorreu a violação de abuso sexual:

	1					2	009					
ldentidade de	100	-	U	rban:	1	A.T		0	Ru	ral	=	
género x	M	F	Tr	ans	Tra	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vest
Idade x Área	11-11		F	M	F	M	1997	100	1 F	IM	F	M
0 a 6 anos		17-1	-	100	14. 4	900	-		10	del	12.	
incompletos	600	1000		100					100			-
6 a 12 anos incompletos				e i	1			i i				-
12 a 18 anos incompletos				Щ	i pos		2	2				
						2	010		•			
Identidade de			U	rbana	4				Ru	ral		
genero x	M	F	-	ans	-	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vest
Idade x Área	120		4 95	IM	F	M	1	10	41.0	IM	F	IM
0 a 6 anos incompletos	į.						-	-				
6 a 12 anos			1					1				
incompletos	1-		JA	100	-		-	-	13			
12 a 18 anos incompletos	E						=					Ī
10 70 71			_			2	011		•			
Identidade de			U	rbana	3				Ru	ral	1	
género x	M	F	Tr	ans	Tra	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vest
Idade x Área	125		F	IM	F	I M		1	1 F	M	F	I M
0 a 6 anos incompletos	H		Ĺ	Ш							1	
6 a 12 anos	100			-	-							
incompletos												
12 a 18 anos incompletos		rical Land		Ħ	P.						3	
						2	012		-			
Identidade de			- 1.1	rbana			1	4	Ru	ral	7	
género x Idade x Área	M	F	Tr	ans [M	_	vesti I M	M	F	Tr	ans I M	Tra	vest
0 a 6 anos Incompletos	Ē		-	IVI	-	IVI			1	IVI	7	IVI
6 a 12 anos Incompletos				Ħ	1-4			-			0	
12 a 18 anos incompletos				Ē								







	1			y y		2	013					
Identidade de	-		U	rbana	9	-	-		Ru	ral		
gēnero x	M	F	Tr	ans	Tra	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vesti
Idade x Área	No.	1.7	F	M	F	M	1.00	1.75	F	IM	F	M
0 a 6 anos incompletos				1.1				13				H
6 a 12 anos	10				11 1			1			F	
incompletos			-					-	+	-		
12 a 18 anos incompletos				0.53				1			1	
incompletos	_		_	_				1	_			_
						2	014					
Identidade de			U	rbana	à	2	100		Ru	ral		
gënero x Idade x Área	М	F	100	ans I M	Tra	vesti	M	F	14	ans IM	Tra	vesti M
0 a 6 anos incompletos	100	14		124			=	-				
6 a 12 anos											100	
incompletos		jei	-	16.7	-	100	100	-	110			
12 a 18 anos		7		11.3		3.9						
incompletos							-	-			Z.	-
	T					2	015		-			
Identidade de	1		13	rbana	1	_	Г		Die	ral		
genero x	5.6	M F Trans Tr			-	vesti	М	I F	-	ans	Ten	vesti
Idade x Årea	ivi		1 -5.0	M	F	I M	IVI	10	11 5	IM.	F	M
Q a 6 anos	-		F	IVI	1	IVI	-	+	1	IVI	-	IVI
incompletos								-				
6 a 12 anos incompletos								-				1
12 a 18 anos		in.	1	19-9	9-4	1	hospi	Topol	11/10	100	100	1900
incompletos				104	1.0		100				0.7	0.0
TELL YE					79	2	016			9		
Identidade de			- 11	rbana			T		Ru	ral		
gěnero x	M	F	_	ans	-	vesti	M	TE	1110	ans	Tra	vesti
Idade x Área	12		1 00	IM	F	M	1	1,	100	IM	F	M
0 a 6 anos			Ť						1	1.00		-
incompletos		101		10-4	100						=1	
6 a 12 anos												
incompletos				100	- 1							
12 a 18 anos		100		F-4	100			-	100		-	
incompletos				100							2	
. A					19	Semes	tre de	2017				
Identidade de			11	rbana						ral		
género x	M	E		ans	-	vesti	M	F	-	ans	Tra	vesti
Idade x Área			100	IM	F	M		L	11.00	IM	1000	M
0 a 6 anos incompletos	E			H	1				Ĺ			
6 a 12 anos								1	1			
incompletos		F		1-1			-	-			= 1	-
12 a 18 anos							1	1	+			
			1 1					1			1991	









## 2.4. Informe se a violação foi intrafamiliar ou extrafamiliar (considerando quem cometeu/suposto autor/a):

	-	_					009			-		
Identidade de gênero			_	fami	_	100				afam	_	0
x Idade x Vinculo	M	E	1	ans		vesti	M	F	100	ans	100	vesti
			E	М	F	М	-	1	F	М	F	M
Q a 6 anos incompletos	100	10.4	10	10.0		-		de la	0	-	10,4	
6 a 12 anos		n i	hi	n i			11.0	111				
incompletos		1	-	-	-	-	-		-	_		-
12 a 18 anos				22	112			171			rii i	
Incompletos			_		_	-			-			-
A THE R. P. LEWIS CO.	0.					2	010					
Identidade de gênero	1. 2	2.1	Intra	afami	liar		1 10	9 7	Extra	afam	iliar	T. S
x Idade x Vinculo	M	F	Tr	ans	Tra	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vesti
A 7 Company of the	164	, lid	F	M	F	M	dist	100	F	M	F	M
0 a 6 anos incompletos		64	16		0.00	1.0	1811	0.01	19	100	1.0	1
6 a 12 anos								0.6.1				
incompletos								1				
12 a 18 anos		-	1	-					1			
Incompletos								1	1			1
		=				2	011	12.3				
Identidade de género			Intra	fami	liar	-	T	-	Extr	afam	iliar	-
Idade x Vincula	M	E	Tr	ans	Tra	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vesti
	11		F	IM	F	I M	100	11.	F	IM	Ê	LM
0 a 6 anos incompletos		177				-		177			187	1
6 a 12 anos								1000	1			1
incompletos	61	E.	1	J		-	П.	131	Jai		100	
12 a 18 anos												
incompletos	3.33	line.	1	-	3. 7	1					16.0	14
						2	012					
Identidade de género			Intra	fami	liar		T		Fytr	afam	iliar	_
x Idade x Vinculo	M	F		ans	-	vesti	M	F	0.11.00	ans	-	vesti
	120		1000	IM	F	M	100	100	14 255	MI	Ė	IM
0 a 6 anos incompletos			1	1	1	1.00			1	171		1
6 a 12 anos			-						1			1
Incompletos						- 4						
12 a 18 anos		10		199		-	1	1 7 7			100	
incompletos	1 4										100	
						2	013					
Identidade de género			Intra	ıfami	liar	_	T		Extra	afam	iliar	_
x Idade x Vinculo	M	F	-	ans	-	vesti	М	F	-	ans		vesti
	1	1	P	IM	E	M	17	100	11 1000	IM	F	IM
0 a 6 anos incompletos			1	1	1				+	177	1	1
5 a 12 anos	-		+	-	1				+			
incompletos								13.				
12 a 18 anos		100			-			110-1				
incompletos											1.2	1.11









	-					2	014					
Identidade de género			Intra	fami	liar				Extra	fami	iliar	1
x Idade x Vinculo	M	F	1.27	ans IM	Tra	vesti I M	М	F	11 57	ans I M	100	vesti I M
0 a 6 anos incompletos		1				1	1	12.			10.	
6 a 12 anos incompletos		Ē		3	Ē							
12 a 18 anos incompletos					per							
	1 3					2	015					
Identidade de gênero			Intra	afami	liar				Extra	afami	iliar	B
x Idade x Vinculo	M	F	100	ans IM	Tra F	vesti 1 M	M	F	7.0	ans I M		vesti I M
0 a 6 anos incompletos	111					11.0		123				
6 a 12 anos incompletos	П	F		Ę				141				1
12 a 18 anos incompletos		Ľ	Š					ij				
				7 7		2	016					
Identidade de género	1	i I	Intra	fami	liar				Extra	afami	iliar	
x Idade x Vinculo	M	F	Tr.	ans	Tra	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vesti
	19		F	IM	F	1 M	101	100	F	M	F	1M
0 a 6 anos incompletos	1.1			-		13	$\equiv$	1111	1			113
6 a 12 anos incompletos	H	F	1	=				171			Į.	
12 a 18 anos incompletos			K								Ü	
ا بد الموادر المواد					19	Semes	tre c	le 20	17			
Identidade de género		-	Intra	afami		,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,		-		afami	iliar	
x Idade x Vinculo	м	F	-	ans		vesti	M	F	-	ans		vesti
	i in	Til.	F	M	F	M	100	123	F	M	F	M
0 a 6 anos incompletos	1	-		-		11.00	-				100	
6 a 12 anos Incompletos		E		1							-	
12 a 18 anos incompletos			I.		7 1	77.7		11			J.	









### 2.4.1. Ainda de acordo com o perfil do autor/a, informe o nivel de parentesco:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	19 Semestre de 2017
PAI									
PADRASTO									
AVÖ									
по									
VIZINHO									
ESTRANHO		-		7		H			
MÃE		1 (0)	- 0		10 4				
MADRASTA			- 8			17.		15.0	1
TIA					78 11				
VIZINHA									
OUTROS								-	
NI	1 1			0 01	20 to 1	1 -0-04			100
TOTAL									

## 2.5 Considerando a EXPLORAÇÃO SEXUAL, informe o número de casos atendidos pela instituição no período abaixo:

	-		- 2	009					2	010					- 1	2011		
ldentidade de gênero x Idade	М	F	Tr	ans M	Tra F	M	М	F		ans M	Tra F	M	М	F	1.0	ans M	Tra F	vesti M
0 a 6 anos Incompletos	2	12			11			12				2				1.25		0.0
6 a 12 anos incompletos		F			ħ			17	1			1 3	15				17	Į.
12 a 18 anos incompletos	7				Į			1				12			1			7.1







S	-		2	012	400		12.	128.72	2	013	C	72	7	.000	- 24	2014		
Identidade de gênero x Idade	М	F	Tr F	ans M	Tra	M	М	F	The same	ans M	Tra	vesti M	М	F	1.30	ans M	Tra	vesti M
0 a 6 anos incompletos	Ť		I	1				100		7						11	1	7
6 a 12 anos incompletos	Į.	H			21		100	7		T	H				Ī.		1.	17
12 a 18 anos Incompletos	9		Ť	F	61	1111				7-4		-			1		11	144
	-		2	015		1.00	in A		2	016	1 - 4	-	19	1º 5	eme	stre o	de 20	17
Identidade de gênero x Idade	М	F	Tr	ans IM	Tra	M	М	E	1	ans M	Tra	M	M	F	F	ans M	Tra	vesti M
0 a 6 anos Incompletos	ŧ.							1	1.8			T	100	1		li	111	17
6 a 12 anos incompletos	64				10		11.0.1	1 2			11	4				)	n:	114
12 a 18 anos (ncompletos	1		h	H	1	11.	1	9 6	1			1		L	li.		1	1

## 2.6. Informe a área em que ocorreu a violação de exploração sexual:

	1.00					2	009					
Identidade de		3 10	U	rbana	9		20	-	Ru	ral		
género x	M	F	Tr	ans	Tra	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vesti
ldade x Área	10	24	E	M	F	M	45	M	F	M	F	M
0 a 6 anos incompletos				H	1					1		20
6 a 12 anos incompletos	E	П		П								
12 a 18 anos incompletos					12.3							4

						2	010					
ldentidade de		7	L	rban	à		600		Ru	ral		
genero x Idade x Área	M	F	and the	ans	Tra	vesti	М	F	11 00	ans	Tra	vesti
loade x Area		1. 1	F	M	F	M	1		IF	M	F	M
0 a 6 anos incompletos												
6 a 12 anos incompletos			10	51	E.		T	T			w	٠
12 a 18 anos incompletos	Ī		1	li .							6	2







				V.V		2	011					
Identidade de			-	rbana	_		1		Ru			
gënero x Idade x Área	M	F	1.00	ans		vesti	M	F	111.00	ans		vesti
- 47K ( 1A PE, 67K)	1000	- 1	F	M	F	M		-	F	M	F	M
0 a 6 anos incompletos			ŀ	μá		in and		1.2	į,			A
6 a 12 anos incompletos	E	11.0			11		-					Ĭ.
12 a 18 anos incompletos				ħ			I		li	E		
	17.7					,	012					
Identidade de			- 11	rbana			T		Ru	ral		
genero x	M	F	_	ans		vesti	M	F		ans	Ten	vesti
Idade x Área	IVI		100	M	F	M	IVI	1		M	F	M
0 a 6 anos incompletos		14		194			=		110			
6 a 12 anos incompletos		Ħ	L	51		H	3			14	160	-4
12 a 18 anos												
incompletos			-			in the second					1	gia.co.
			=		_	,	013		-			_
Identidade de		_	-	rbani			13		0	ent.	_	
gênero x		6	_		_	and the same	-	T.	Ru		I m	
Idade x Área	М	F		ans		vesti	M	F	11 5	ans		vesti
5-8-3 (1) (1-5)			F	M	F	M	-	-	F	M	F	M
0 a 6 anos incompletos								-				1
6 a 12 anos incompletos												1
12 à 18 anos		100	1	199	100	(final)	loggi	T topod	11/10		197	9
incompletos							199	100				0
TE T1		V (0)			9 45	2	014					
Identidade de			U	rbana	3				Ru	ral		
gënero x	М	F	-	ans	-	vesti	M	TF	-	ans	Tra	vesti
Idade x Área	1	1	1.00	IM	F	l M	1	1,	1100	IM	F	M
0 a 6 anos incompletos	ī		ì		-				Ť			
6 a 12 anos				1	1				+			
incompletos					-							-
12 a 18 anos												
incompletos	-		1		123		-					1.3
		_	_	_	_	-	015	_	_	_		_
Identidade de			11	rbana			1		Ru	ral	_	_
genero x		F				romak!		I F			17.	vesti
Idade x Área	M		100	ans I M	F	vesti M	M	1	11111111	ans [M	F	
0 a 6 anos incompletos	E			H	1					2		1
6 a 12 anos		-					-					
incompletos	1	IH					-	-			-1	0.7
12 a 18 anos incompletos		16		14	100				1	4		









	100					2	016					
Identidade de	13		U	rbana	9				Ru	ral		
genero x	M	F	Tr	ans	Tra	vesti	M	F.	Tr	ans	Tra	vesti
Idade x Área			F	M	F	M	177		F	M	F	M
0 a 6 anos incompletos			L	j.			-	12				
6 a 12 anos incompletos	E				П							Ĭ.
12 a 18 anos incompletos							I					
	17.77			-	19	Semes	tre de	2017		3.7	E.	
Identidade de		1	U	rbana	à		150		Ru	ral		
gēnero x	M	E	Tr	ans	Tra	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vesti
Idade x Área	le.	r ind	F	IM	F	M	r-		1E	M	F	M
0 a 6 anos incompletos	H	14		164			1	-				
6 a 12 anos Incompletos	2		les	ling in	100						1	0.0
12 a 18 anos incompletos		JII.	7		78	- 1		13	1			

2.7. Informe se a violação foi intrafamiliar ou extrafamiliar (considerando quem cometeu/suposto autor/a):

						2	009					
Identidade de gênero			Intra	afami	liar		43	7.0	Extra	afam	iliar	
x Idade x Vinculo	M	F	10.00	ans (M	10000	vesti	М	F	100	ans I M	Tra	vesti M
0 a 6 anos incompletos						1		12.				
6 a 12 anos Incompletos				=		-				Ē		
12 a 18 anos incompletos	ħ	E.	Į.	1	ļū						Ē.	
						2	010				di la	9
Identidade de género			Intra	afami	liar				Extra	afam	iliar	
x Idade x Vinculo	M	F	100	ans IM	Tra	vesti 1 M	M	F	11 22	ans M	Tra F	vesti 1 M
0 a 6 anos incompletos				-		1		1773			71	11.7
6 a 12 anos Incompletos	in.	Ę	E	Ħ			10				In	
12 a 18 anos Incompletos	1	11	1.	ji.				id		Ŀ	1	









	-					2	011					
Identidade de género			Intra	afami	liar				Extr	afam	iliar	1
x Idade x Vinculo	M	F	23	ans IM	Tra	vesti I M	М	F	14 5/6	ans I M	Tra F	vest I M
0 a 6 anos incompletos				-		100	1	2	T		Æ,	
6 a 12 anos Incompletos		E		=								
12 a 18 anos incompletos										15		
						2	012	NA.				
Identidade de género			Intra	afami	liar				Extra	afam	iliar	Br -1
x Idade x Vinculo	M	F	Tr	ans	Tra	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vest
			F	M	F	M		177	1 E	M	F	M
0 a 6 anos incompletos	111			-		1		II'E				
6 a 12 anos Incompletos	П	F		F						F		
12 a 18 anos incompletos		E	Ė								II.	
						2	013	9.0				
Identidade de género		<i>j</i> = 1.	Intra	afami	liar		-		Extr	afam	iliar	
x Idade x Vinculo	M	F	11.37	ans [M	Tra	vesti   M	M	F		ans M	Tra F	vest
0 a 6 anos incompletos		1			li II	1 =					1	
6 a 12 anos Incompletos	Н	Ħ			H		ī			F	41	
12 a 18 anos incompletos			Ė		jig							

						2	014					
Identidade de gênero	II.	AL.	Intra	afami	liar	2.00	100		Extra	afam	iliar	'n.
x Idade x Vinculo	M	F	1.00	ans [M	Tra	vesti M	M	F	41.00	ans [M	Tra	vest M
0 a 6 anos incompletos	19.4	100		-	100	-	1911	+0.1		100	100	
6 a 12 anos incompletos		ľ	E		11 =			Ţ				
12 a 18 anos Incompletos					1 2			0.0				
				=		2	015	=	=			
Identidade de gênero			Intra	fami	liar		1		Extra	afam	iliar	
x Idade x Vinculo	M	F	Tr	ans	Tra	vesti	M	F	Tr	ans	Tra	vest
A Constitution	0.00	104	F	M	F	I M	10E	110	F	M	F	M
0 a 6 anos incompletos	110	100	100	1	11 0	4-5	rist	100	-	-	15.	-
6 a 12 anos incompletos			4			17						
12 a 18 anos incompletos	'n	ij	E	E							d	









						2	016					
Identidade de género			Intra	afami	liar				Extra	afam	iliar	-
x Idade x Vinculo	M	F	1	ans IM	Tra	vesti I M	М	F	11.75	ans I M	Tra	vesti
0 a 6 anos incompletos												
6 a 12 anos incompletos	15.01	ine ini	K	less oth	11-6		er ku f Tuli i	10	116	i dia Historia	11-0	
12 a 18 anos incompletos												
					19	Semes	tre c	le 20	17			
Identidade de género		4	Intra	afami	liar	77		4	Extra	afam	iliar	
x Idade x Vinculo	М	F	165	ans IM	Tra	vesti I M	M	F	JI 49	ans I M	Tra	vesti I M
0 a 6 anos incompletos								100	Ť			1
6 a 12 anos incompletos			1	3	0 1					100	2.1	11
12 a 18 anos incompletos			100	1			1		1			

## 2.7.1. Ainda de acordo com o perfil do autor/a, informe o nivel de parentesco:

7 4	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	1º Semestre de 2017
PAI									
PADRASTO									
AVÔ									
по					70 41				
VIZINHO			-						
ESTRANHO									
MÃE					6 1	Let			
MADRASTA									
TIA									
VIZINHA							E		
OUTROS									









NI	1321	18 -4	-81	18.1	Prest	1 691	1. 4	188	
TOTAL									

que atuam no		CHEST REPORT OF ANY	W 7 8 6 4			da para com os profissionais
	atend			e violência sexu	ıal?	
( ) SIM	(	) NÃO	. (	) NÃO SEI	(	) NÃO INFORMADO
Comente:						
2.9. A instituiç	ão/ser	viço realiza	/busca	parcerias junto	o aos se	erviços de segurança pública
(ex. policia mil	itar) n	as ações de	violen	cia sexual (abu:	so/expl	oração sexual)?
( ) SIM	(	) NÃO	1	) NÃO SEI	(	) NÃO INFORMADO
Comente:						
2.10. Há Com Adolescentes?					a Violė	ncia Sexual de Crianças e
( ) SIM	(marq	) NÃO	100-100-0	) NÃO SEI		) NÃO INFORMADO
Caso haja, com	no a Co	missão ten	n contr	ibuido para a n	ninimiza	ação desses impactos.
Caso haja, con	no a Co	omissão ten	n contr	ibuido para a n	ninimiza	ação desses impactos.
2.11. Há no m	nunicíp	oio o Plano	Munic	ipal de Enfreni		o a Violência Sexual Contra
2.11. Há no m Crianças e Ado	nunicíp	oio o Plano otes? (marqi	Munic	ipal de Enfrent as uma opção)	tament	o a Violência Sexual Contra
2.11. Há no m Crianças e Ado	nunicíp	oio o Plano	Munic	ipal de Enfreni	tament	
2.11. Há no m Crianças e Ado ( ) SIM	nunicíp blescer (	oio o Plano ites? (marqi ) NÃO	Munic ue apen (	ipal de Enfrent as uma opção) ) NÃO SEI	tament	o a Violência Sexual Contra







	alizam atividades para o enfrentamento à violência sexual (exploração abuso sexual) contra crianças e adolescentes?
	3. IMPACTOS DE GRANDES OBRAS E EVENTOS
	S. INIPACTOS DE GRANDES OBRAS E EVENTOS
3.1. Qua	is os impactos positivos gerados pelos grandes empreendimentos nos direitos de
crianças	e adolescentes no município (possível marcar mais de uma alternativa)
( ) Mar	que todas que se aplicam.
( ) Abso	orção da mão de obra local
( ) Aun	iento da renda da população local
( ) Cum	primento das condicionantes
( ) Cap	acitação da rede de atendimento a criança e ao adolescente
( ) Capa	acitação de jovens para o mercado de trabalho
( ) Con:	strução e/ou reformar de instituições públicas
( ) Dese	envolvimento da região
( ) Doa	ção de recursos físicos (carros, material de escritório etc)
( ) Gera	ção de empregos
Outro:_	
Carlo Die	oactos positivos informados anteriormente, relate como estes influenciaram no institucional.
-	
3.2. Qua	sis os impactos negativos gerados pelos grandes empreendimentos nos direitos
	ças e adolescentes no município (possível marcar mais de uma alternativa)
	amentos iento da exploração sexual de crianças e adolescentes
JUL 1. C.	iento da população em situação de rua pós desmobilização
/ 1 Aum	iento da violência/criminalidade









()	Aumento de gravidez na adolescência
()	Aumento de DSTs
()	Aumento do custo de vida (mercado, aluguel, serviços etc)
()	Aumento do trabalho infantil
()	Aumento do consumo de álcool e/ou outras drogas
()	Aumento de prostíbulos
()	Construções inacabadas
()	Corrupção em troca de favores e acordos políticos
()	Falta de transparência/informação
()	Mudança na composição/rearranjo familiar
( )	Não cumprimento das condicionantes
()	Realocação arbitrária de comunidades
Dos	impactos negativos informados anteriormente, relate como estes influenciaram ne
trab	alho institucional. Caso haja, informe os dados institucionais que demonstram ta
situa	ação (os dados podem ser entregues em anexo a este questionário).
_	
-	
	4. Comentários
Caso	considere que faltou alguma informação, descreva abaixo:
. 1	
Assi	natura do participante:
Assii	natura da/o pesquisadora/or:

Obrigada!







SECRETARIA NACIONAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

MINISTÉRIO DOS **DIREITOS HUMANOS** 

